ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.17308

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS

Entrevista com a professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB)

21, maio, 2023
João Pessoa-PB

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Secretária da Anpege

Por volta das 11 horas da manhã de domingo, em sua casa na cidade de João Pessoa, demos início à entrevista. Foram quase duas horas de tessitura dos fios da memória de sua vida e trajetória acadêmica.

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues é professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba. Atuou em dois programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba: o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), ao qual se vinculou desde a sua origem e do qual foi coordenadora; e o Programa em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania (PPGDH), ao qual também esteve vinculada desde a origem e do qual se desvinculou em 2022, mantendo-se no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e no Grupo de Pesquisa Gestar/CNPq/UFPB, do qual foi líder durante 15 anos.

Natural do Maranhão, filha e neta de camponeses, Fátima cresceu no Ceará. Sua vida é marcada por migrações, desde o interior do Ceará, São Paulo, Fortaleza, João Pessoa, entre outras cidades dentro e fora do país.

Cursou o ensino básico em Farias Brito (CE), o ciclo básico e a graduação na Universidade Regional do Cariri (URCA), o mestrado e o doutorado na Universidade de São Paulo, e o pós-doutorado na Université Paris IV - Sorbonne, França.

Fez todos os seus estudos em escola pública. No ensino superior, conheceu a professora Edith Oliveira de Menezes, figura fundamental para que desenvolvesse a curiosidade e o interesse pela geografia: “A geografia que eu conhecia (no ensino básico) era a geografia do que eu vivia. Edith me mostrou como a geografia faz parte da vida do cidadão. Ela está por toda parte”, relatou-me com emoção.

Fátima admirava a consciência política da professora Edith, a qual esteve presente no histórico Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1979, Fortaleza. Edith realizava, em sala de aula, a Geografia Crítica.

Aos 18 anos, Fátima migrou para São Paulo, local onde trabalhou como comerciária e operária. Deste período, ressalta a lembrança da biblioteca disponível aos operários da Philco-Ford, onde trabalhou no setor de controle de qualidade (avaliação de *chips* .

De volta ao interior do Ceará, iniciou a docência aos 19 anos como alfabetizadora na educação infantil e de jovens e adultos. Em seguida, lecionou no ensino fundamental e médio em Farias Brito, no Ceará; e na capital, lecionou no Liceu do Ceará. Neste

estado, cursou a graduação em Geografia, ainda que o mundo das letras – especialmente a literatura – exercesse nela bastante atração desde a infância.

Concluída a graduação, migrou, junto com sua irmã Maria Ferreira, do interior para a capital do estado, Fortaleza: "Quando finalizamos a faculdade, minha irmã e eu decidimos mudar para Fortaleza. A gente sentia muito a opressão do poder local, do poder político. Tudo que a gente conseguiu, mesmo estudando, foi através dos compromissos políticos firmados pelo meu pai com o poder local, e vinha como se fosse uma dádiva deles. Na verdade, era como barganha pelo voto e não tinha saída. Era ditadura militar, 1982. Nessa época, existiam poucos diretórios do PT no Ceará".

O movimento em direção às escolas públicas da periferia de Fortaleza intensificou sua militância política e a aproximou de temáticas como LGBTQIA+, feminismo, movimentos libertários. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) ao passo que compunha a oposição no Sindicato dos Professores, através do Movimento de Valorização e Articulação dos Servidores Estaduais (MOVA-SE). Foi sócia, por vários anos, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Fortaleza, da qual foi também secretária numa gestão. Participou do movimento de rearticulação da AGB Seção João Pessoa, em 1993; e foi membra da diretoria dessa seção várias vezes, numa delas como diretora.

A busca por formação continuada entrecruzou o itinerário de Fátima com um círculo de professores das áreas de Educação (especialmente psicologia da educação) e Geografia, entre eles a professora Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*). Também nos eventos científicos, dialogou com professores como Heinz Dieter Hedemann, José Borzachiello da Silva, Lenyra Rique, entre outros que ministraram disciplinas num curso de especialização oferecido pela Universidade Federal do Ceará; ou com quem teve contato em eventos promovidos pela AGB, a exemplo de Ariovaldo Umbelino. O contato com esses profissionais despertou sua aspiração pela pós-graduação.

O desejo de retornar a São Paulo em condição diferente daquela em que estivera antes realizou-se no mestrado e no doutorado, ambos orientados pelo Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. No mestrado, realizou a pesquisa sobre um assentamento rural situado no Litoral Norte do Ceará. O trabalho teve como título: *Terra camponesa como (re) criação genealogia do lugar e da paisagem*. Já o trabalho de doutorado aborda o sertão na história do pensamento social brasileiro e tem como título: *Sertão no plural: da linguagem geográfica ao território da diferença*.

Iniciou a carreira no ensino superior na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) . Em 1993, ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição na qual se aposentou.

A atuação da professora, pesquisadora e militante se deu/dá, segundo suas palavras, na tríade "Geografia Agrária, Movimentos Sociais e Agroecologia". Sua contribuição compõe um importante capítulo da história do curso de graduação em Geografia da UFPB, dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), além grupo de pesquisa Gestar/CNPq/UFPB

e do Laboratório de Estudos do Território da Cultura e Etnicidade. Tem participação em organizações sociais, sindicato da sua categoria e movimentos sociais do/no campo.

Nossa conversa orbitou em torno dos direitos humanos, temática transversal na formação e na atuação profissional e política da professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

O ENCONTRO DE UMA GEÓGRAFA COM OS DIREITOS HUMANOS

Eu sempre digo que fui para os direitos humanos e levei a geografia, mas eu não consegui da mesma forma semear os estudos dos direitos humanos na geografia. A partir da minha participação no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/UFPB), a Geografia ampliou sua participação e expressão tanto no NCDH quanto no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Política Pública (PPGDH), mas o mesmo não aconteceu no curso de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Esse movimento é descompassado e os desafios teórico-metodológicos permanecem, apesar dos estudos e das publicações que o Gestar já fez, visto que não se trata de uma tarefa para um pesquisador e nem para uma só instituição, mas para uma categoria profissional e suas entidades. Eu vejo a geografia produzindo conhecimentos na área de direitos humanos, porém não se apropriando da linguagem, dos conceitos, dos marcos regulatórios, não valorizando o direito positivado e nem o direito "achado na rua", como argumenta o ex-reitor da UNB e ativista dos direitos humanos Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Junior sobre uma visão dialética do direito em constante processo de transformação e mudança.

Os direitos humanos não se resumem ao direito que está na Constituição. Podemos abrir fendas no direito, propor novos direitos e, por lidar com conflitos de grande magnitude, a exemplo dos movimentos dos atingidos por barragens, dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais, das mulheres quebradeiras de coco, dos seringueiros, dos migrantes, etc., a geografia pulsa nos direitos humanos.

Não fui eu quem escolhi trabalhar com os direitos humanos, fui escolhida porque eu já trabalhava com temas que me aproximavam dessa área. Meu colega Jonas Duarte, do curso de História da UFPB, que estava na Comissão de Direitos Humanos (CDH/UFPB), disse: "Nós precisamos de uma pessoa aqui que entenda sobre esses processos que ocorrem no âmbito dos movimentos sociais no campo, questões no campo da Geografia Agrária, e eu indico Fátima Rodrigues". A Comissão ainda funcionava na Reitoria e ali nós conquistamos um lugar próprio, com o apoio do deputado federal Luís Couto. A CDH/UFPB acolhia as demandas que chegavam relacionadas aos direitos humanos, desde as denúncias de assédios no trabalho, na sala de aula, até outras demandas, a exemplo dos direitos indígenas, das questões ligadas ao sistema prisional, ao LGBTQIA+, etc. Em 2006, o deputado federal Luís Couto direcionou um recurso de bancada para a construção da sede do NCDH. Então, eu não estou na origem da CDH/UFPB, mas já tenho uns bons anos por lá, desde quando funcionava na Reitoria.

Presidi a CDH/UFPB por duas gestões e estou no grupo que criou o NCDH e discutiu sua organização interna e institucional. Faço parte da também da Comissão Científica do NCDH e colaboro na organização do Seminário Internacional em Direitos Humanos, evento bianual. A partir de 2005, mergulhei nessa temática e passei a participar ativamente do NCDH. O programa de pós-graduação surgiu lá e é, por sua vez, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), programa interdisciplinar que abriga professores de História, Antropologia, Direito, Filosofia, Geografia e Ciências Sociais, ao qual estive vinculada até 2021.

OS DESAFIOS TEÓRICO-METODÓGICOS DA PESQUISA GEOGRÁFICA EM INTERFACE COM OS DIREITOS HUMANOS

Estou relendo Milton Santos e pretendo apresentar um trabalho sobre a visão desse autor sobre democracia e cidadania, transversalizando esses dois conceitos com a temática étnico-racial. O trabalho será apresentado no XI Seminário Internacional em Direitos Humanos (XI SIDH), em João Pessoa. Relendo alguns textos, inclusive um livro publicado com o título *Território e Sociedade*, de autoria do Milton Santos, eu considero que a questão central da geografia, a grande virada, se dá quando se aborda o conceito de formação econômica e social. Sobre a abordagem clássica da geografia, Milton Santos nos diz que a geografia brasileira foi muito inspirada na geografia europeia, e a geografia europeia trabalha muito com o conceito de paisagem. Esse autor acrescenta ainda que, ao se analisar a paisagem na perspectiva da geografia clássica, o que interessa são as formas. Ele afirma, portanto, que assim não chegamos ao conteúdo ou, penso eu, como diriam alguns marxistas, não chegamos à essência. A grande questão, que passou a ser pautada pela Geografia Crítica ou Geografia Nova, foi a de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e de classes historicamente construídas.

Desde a década de 1970 que a Geografia já estava, de forma implícita, abordando os direitos humanos. É por isso que a abordagem geográfica, com a virada [movimento de renovação], muda de perspectiva, abre novos horizontes, amplia a sua capacidade de interpretação, seja numa pequena ou numa grande escala. Infelizmente, não tem ocorrido um diálogo com a intensidade necessária entre outros campos de conhecimentos das humanidades com a geografia, no que diz respeito às grandes problemáticas que essa ciência pontua e interpreta, sobretudo na abordagem ambiental. A geografia, desde a década de 1970, produz um conhecimento muito diferenciado do que era antes produzido, dialogando sobre conflitos de terra em escala local, regional e nacional, além de analisar os megaprojetos construídos pelo Estado ou os crimes ambientais e movimentos sociais no campo e na cidade. Isso é muito diferente do conhecimento antes produzido e tem muito a ver com essa virada da década de 1970. Se nós não estudássemos a história da formação social do Brasil, com destaque para o processo de colonização, com expropriação, exclusão e silenciamento dos nativos e povos tradicionais, nós não

poderíamos fazer uma leitura da sociedade brasileira como fazemos. E a aproximação que muitos pesquisadores têm com os movimentos sociais abre muitos horizontes de interpretação para marcadores sociais antes invisibilizados. E isso conseguimos através do marxismo. Contudo, isso não significa dizer que a gente não possa trabalhar com a Geografia Cultural. Esse é que é o grande equívoco de alguns pesquisadores quando fazem a crítica aos que pesquisam e valorizam as práticas culturais na geografia. Mas essa é uma problemática que, para se debater com profundidade, demanda espaço e tempo adequado à temática. Em razão da minha vinculação com a Geografia Cultural, que é algo que permeia a minha formação, eu não consigo refletir sobre espaço e território, lugar e paisagem sem trabalhar com a Geografia Cultural. No entanto, eu sempre digo que uma das matrizes do meu pensamento é marxista. E eu acho que essa matriz está presente não só quando abordamos os conflitos de terra perpassados pela luta de classe, mas também quando trabalhamos as questões identitárias com os povos tradicionais; ou a agroecologia, a partir do registro de experiências que se dão articuladas com os movimentos sociais do/no campo, a exemplo do Memorial das Ligas Camponesas, com o qual mantive, até 2018, uma relação de parceria através da extensão universitária com o Gestar/CNPq/UFPB, em conjunto com a Feira da Várzea, com a qual tenho uma relação solidária até o presente. E quero acrescentar: para abordar uma temática trazendo conceitos marxistas, não é preciso todas as vezes explicar essa matriz teórica em seus detalhes, é necessário, sim, que os estudos de caso dialoguem a partir dos dados empíricos com a teoria numa perspectiva crítica. É necessário destacar que a nossa produção é marcada pelos conceitos marxistas, especialmente quando pomos em cena a defesa dos direitos humanos. Além da matriz marxista, dialogamos com os conceitos da Geografia Cultural, da História Cultural e da Filosofia da Linguagem, o que muito enriquece o nosso diálogo com a História, a Antropologia e o Direito, entre outras interfaces. Concordo com Milton Santos, Edgar Morin, Ângela Davis, entre outros pesquisadores contemporâneos, sobre a importância da interdisciplinaridade. Gosto muito da abordagem interseccional que considera raça, classe e gênero. É nessa pegada, que aqui narro, que seguem os estudos decoloniais aos quais nos agregamos.

Na minha dissertação de mestrado, eu me deparei com o abuso de poder e com a expropriação de ancestrais. Eu trouxe esses aspectos da pesquisa para o texto, mas trouxe, também, as marcas culturais registradas na paisagem; destaquei como aquele povo imprimiu suas marcas no território em que habitam, como se eles se organizaram e enfrentaram o Estado, como demarcaram no território o seu modo de vida a partir da sua relação estabelecida com o ambiente. A luta pela terra no Assentamento Maceió, no município de Itapipoca, Ceará, foi uma luta pela cidadania. Aí me lembro de Milton Santos, especialmente quando, no artigo “Cidadanias mutiladas”, que antecede o livro o *Espaço do cidadão*, ele pergunta: existe cidadania no Brasil? Os negros têm cidadania no Brasil? E segue mais ou menos assim: me perdoem os que defendem o direito, mas para mim um cidadão é aquele que tem tanta força que é capaz de se confrontar com o Estado; e o indivíduo consciente é aquele que, apesar de não ter os seus direitos respeitados, está ciente desse desrespeito. Então, Milton Santos faz essa distinção entre o que é ser cidadão e o que é ser um indivíduo consciente, e é por isso que o MST

e os movimentos assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens, ente outros que marcam a cena pública, são tão demonizados. Porque, na condição de trabalhadores sem-terra, eles têm a consciência de que não são respeitados pelo Estado e lutam para obter a terra que não cumpre com a função social. Eles não estão pedindo ao coronel nem a ninguém a permissão para ocupar uma terra que é improdutiva. Esses são indivíduos conscientes, embora seja mais comum nos depararmos na sociedade brasileira com os sujeitos sujeitados, especialmente no Brasil com o viés bolsonarista.

Eu penso que existe uma latência na geografia em relação aos direitos humanos. Os direitos humanos estão ali pulsando, mas tenho a impressão de que há uma resistência em aderir a essa proposta devido à existência de um viés neoliberal dos direitos humanos. Essa é uma dificuldade real. Inclusive, a gente sabe que os organismos internacionais acabaram mudando as suas rotas, tornando-se omissos na defesa dos direitos humanos. Isso, por vezes, é desanimador e fica muito claro quando observamos os contextos de guerra e suas crueldades contra inocentes, a situação de exilados, refugiados e migrantes.

Mas veja só, no entreguerras, em 1932, quando Einstein, representando as Ligas das Nações, ainda não se tratava da ONU, envia uma carta a Freud debatendo sobre a guerra, ali já fica claro que a temática da guerra não diz respeito apenas às questões geopolíticas e aos tratados internacionais. É a partir do ser humano que se torna necessário pensar o processo civilizador . É a partir de um olhar para o outro, em que as alteridades sejam respeitadas, que pode ocorrer uma virada no jogo e a verdadeira construção da possibilidade da nossa existência como espécie. Os direitos humanos, a psicologia, a filosofia, a psicanálise, a geografia, a história, a antropologia, enfim a ciência, têm papel fundamental na fermentação de uma cultura do respeito e da paz, na perspectiva da construção de um novo projeto de sociedade. Mas, segundo Einstein, “no ser humano, habita uma necessidade de odiar e de aniquilar”, e aí ele cita as perseguições às minorias como um propulsor das guerras civis. Mesmo com essa compreensão, Einstein insiste com a sua busca pela pacificação do mundo, indagando a Freud se existe essa possibilidade. Chega a cogitar que Estados deveriam abrir mão de sua soberania para delegá-la a autoridades legislativas e judiciárias, embora reconheça a complexidade de uma solução dessa ordem numa sociedade em que uma minoria “dirige os sentimentos da grande massa”.

Pela resposta de Freud, percebe-se que duas pulsões, pulsão de vida e de morte, ocupam o ser humano e que, sem que trabalhemos a nossa versão instintual , inexiste a possibilidade de superação desses conflitos. Assim como Freud, creio que serão os nossos afetos, derivados da nossa trajetória como ser humano no âmbito da cultura, que indicarão a possibilidade da paz. Ou seja, a angústia diante dos efeitos da guerra e das perdas humanas diante dela poderão nos levar a acordos pelo seu fim. Penso que, somente assim, somente se disso formos capazes, mereceremos uma verdadeira distinção dos demais animais.

As cartas de Freud e Einstein são muito expressivas dos acontecimentos da época e explicam até mesmo parte do que nós vivemos hoje, nesse contexto de guerra na Ucrânia, no Oriente Médio e em outras regiões do mundo.

A indagação feita a Freud por Einstein: "Há um caminho para libertar os seres humanos da fatalidade da guerra?" permite ao Freud e ao próprio Einstein demonstrarem a complexidade do humano e concluírem também que construir acordos não é nada fácil. No caso do Brasil, e refletindo sobre as eleições de 2022 e sobre os acordos realizados, ficou para nós a memória de um exercício de difícil digestão, mas sobretudo de busca por uma pausa numa situação geopolítica bastante complexa frente às tendências fascistas/bolsonaristas.

Sobre a guerra, [Freud] foi um tanto pessimista na resposta que deu a Einstein. Ele desacreditou da possibilidade do fim da guerra exatamente por conta das pulsões que constituem o ser humano, porque somos instintuais e, portanto, violentos, e não suportamos certos confrontos, perdas... enfim, não governamos certos afetos que nos compõem e que, muitas vezes, não queremos reconhecer, embora levemos esses conflitos para o campo espiritual em busca do perdão do grande Pai. Não que o perdão não seja importante, ele é muito importante, faz parte do trabalho de aprimoramento da nossa humanidade, mas não dá para sair matando e pedindo perdão. Não dá para perdoar Bolsonaro, nem Dallagnol, nem Moro e nenhum dos deputados que votam leis que vão contra os direitos consagrados na Constituição de 1988, contra aquilo que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os direitos humanos que eu defendo não são os neoliberais. Contra o neoliberalismo e suas ações se estruturam as minhas ações políticas nos coletivos de que participo e participei e nas minhas ações individuais, como indivíduo consciente ou como sujeita que se rebela contra a ordem e a desordem neoliberal. A gente se apropria do direito para transformá-lo, para abrir fendas que possam ampliá-lo e não somente para legitimá-lo e aplicá-lo. Um bom exemplo é o da função social da terra: quando é que uma terra cumpre a sua função social? E sobre as energias renováveis e seus estragos nas comunidades tradicionais: como fazer valer os direitos de quem nasceu no lugar e vê até o seu sono perturbado para gerar energia para outros lugares? Sobre a poluição do ar, dos solos e das águas: quem se responsabiliza? Onde ficam os direitos coletivos e difusos? Esses temas possibilitam um excelente debate na geografia, para além das fundamentações teóricas, na práxis cotidiana.

OS DIREITOS HUMANOS E A CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL

Quando a gente pensa os direitos humanos, nos vem à mente uma sociedade que acolhe esses direitos. O contexto atual é muito diferente daquele de 1988, por exemplo. As conquistas que tivemos na Constituição de 1988 não tivemos em nenhuma das constituições anteriores. Inclusive, a gente fazia esse estudo das constituições anteriores a 1988, eu juntamente com as minhas bolsistas da Iniciação Científica, o que nos permitiu observar o quanto até mesmo o direito positivado foi e é manipulado no Brasil. Por

exemplo, desde quando temos direitos trabalhistas, de fato, a exemplo do salário-mínimo? Somente a partir da década de 1930. Como ficaram os escravizados pós-abolição, tendo sido a Lei de Terras sancionada desde 1850? E o reconhecimento de sujeitos de direitos nas diferentes identidades e marcadores sociais? Só com a Constituição de 1988! Em 1988, havia um movimento, uma efervescência pós-ditadura. O fim da ditadura foi festejado, porém os torturadores não foram punidos, e isso ficou como uma premiação para eles. Essa é uma vergonha que combatemos nos direitos humanos, porque anistiaram os presos políticos que haviam sido torturados e anistiaram os torturadores. Isto não é possível! Como bem dizem Marilena Chauí, Luiza Erundina, Maria Rita Kehl – mulheres que eu admiro –, é preciso rever isso aí, é preciso fazer o que a Argentina fez, se não nós nunca vamos zerar essa história. Sempre vai haver um "Bolsonaro da vida" enaltecendo um general Ustra, ameaçando estuprar uma colega ou mandando matar e torturar os que se opõem a suas ideias e ideologias.

São conjunturas como a que vivemos com Bolsonaro, em que o biopoder e a necropolítica foram implementados pelo Estado, a exemplo do descaso e omissões na pandemia da Covid-19, que nós registramos para apelar quanto à necessidade de entender que direitos humanos não são necessários só na sociedade capitalista, mas em todas as sociedades, porque não é só na dimensão econômica que ele atua e se faz necessário.

Na perspectiva posta, parte da sociedade brasileira mostrou sua cara junto com o Bolsonaro, inclusive cabe indagar: por que deixamos que Bolsonaro atuasse por 28 anos na Câmara de Deputados, fazendo apologia à violência? Ninguém o calou. Por quê? É fácil supor que ele nunca atuou sozinho. Estava acompanhado e foi crescendo com o apoio de milícias. Cresceu, especialmente, junto a uma classe média ridícula, que tem no Brasil. Classe média que, conforme nos diz Marilena Chauí, não aceita e não reconhece a diversidade nem a alteridade, mas cresceu, também, no chão fértil da ignorância dos excluídos, da pobreza extrema, em que o Estado se faz ausente. Foi em razão dessa ausência que as igrejas evangélicas, sobretudo as neopentecostais, cresceram tanto, porque o Estado brasileiro é omisso. As pessoas acabam recebendo um acolhimento na igreja que não recebem no espaço público, através do Estado, embora caiba alertar que essas pessoas são manipuladas e exploradas naquele mesmo espaço onde é promovido o enriquecimento ilícito de líderes religiosos. É complexa essa questão.

O acesso a direitos no Brasil é para poucos e, visto sob esse prisma, é como diz Milton Santos sobre a sua condição: eu não sou cidadão porque o reconhecimento que eu tenho me causa constrangimento. Pensando sobre essa pseudocidadania, destaco que é assim que eu me sinto, muitas vezes, quando toca a campainha da minha casa e eu me deparo com alguém com fome. Fico com um nó na garganta. Como é que o meu próximo, semelhante, não tem sequer o que comer? Então eu penso que esse Brasil foi desvendado apenas para poucos. Concordo com o Lula, Luiz Inácio Lua da Silva, que a fome, esse traço marcante da violência num país de tantas riquezas, é inaceitável. E reafirmo mais, através de uma frase dele, proferida na década de 1980, quando era deputado federal: "O problema do Nordeste não é a seca, é a cerca". Ideias semelhantes já defendia o grande pensador e político Josué de Castro.

Eu penso que, para desvendarmos o Brasil, o melhor que a gente pode fazer é aprender a escutar. Nós, pesquisadores, precisamos ter uma paciência enorme para escutar, porque, quando aquela pessoa preta, excluída, aquela pessoa que não tem uma casa para morar vem defender o Bolsonaro, a nossa reação imediata é a de querer ir na jugular, mas nós não vamos mudar essa realidade por esse caminho, não vamos! Consciência de classe não é uma coisa que tenha sido permitida no Brasil. Isso nos traz em detalhes o Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*, também na obra de Jessé Sousa, *Subcidadania no Brasil* e, sobretudo, na obra de José de Sousa Martins, *O poder do atraso*, entre outras obras de sua autoria, pois independente das suas escolhas políticas, com as quais não concordo, sobretudo, sua posição de apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso frente ao tratamento dado à educação no Brasil, eu gosto muito da produção científica do Martins e dos conceitos e das vivências dele como pesquisador, sempre ancorando sua produção em estudos de casos. Podemos citar, também, estudos realizados por Josué de Castro, Manoel Correia de Andrade, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Rogério Haesbaert, Berta Becker, Maria Encarnação Spósito, Guiomar Germani, Emília Moreira, Maria Geralda Almeida, Ana Clara Torres, Denise Elias, entre outros e outras colegas com quem dialogamos na Geografia Agrária, Urbana, Regional e Cultural e que produziram resultados de pesquisa que ajudam a entender o Brasil. São tantos os jovens talentosos na geografia, produzindo e demandando oportunidades de diálogo que, numa entrevista dessa, torna-se impossível mencioná-los.

Quero concluir a indagação inicial para dizer que o contexto político atual ainda demanda a implantação de direitos de primeira geração, direito ao acesso à escola básica de tempo integral, de fato, escola com infraestrutura, reforma previdenciária, reforma agrária, reforma urbana, etc. Vejo que, sem uma reforma fiscal de verdade, sem a taxação das fortunas, não alcançaremos um mínimo de justiça social.

O MOVIMENTO EM DIREÇÃO À PSICANÁLISE

A princípio, o movimento foi pessoal, porque eu faço análise desde 2010, com algumas pequenas interrupções. Mas a verdade é que eu buscava alguma coisa que pudesse fazer nessa fase da vida [aposentada] que me permitisse criar um outro lugar na relação com a geografia. De fato, eu não deixei nem a geografia nem os diretos humanos, mas eu me posicionei de forma diferente e fiz esse movimento para poder sair do lugar em que estava, sem parar de estudar e sem ficar apenas na repetição, queria algo que me exigisse o esforço de repensar o que já estava assimilado. Hoje, quem está à frente do nosso grupo de pesquisa na UFPB, o Gestar/CNPq/UFPB, é uma jovem pesquisadora que foi minha orientanda de PIBIC, extensão e mestrado. Com o grupo de pesquisa e com ela, tenho uma relação fraterna e somos interlocutores recíprocos, além de ter participado do processo de construção da sua tese, visto que ela foi orientada pela Profa. Dra. Maria Geralda Almeida, de quem estive próxima durante décadas. Então, muitas das tarefas do grupo de pesquisa fizemos juntas, com Profa. Dra. Amanda Marques e

com as demais ex-orientandas de mestrado e que agora são doutoras. Falo da Amanda pelo fato de ela fazer parte do quadro profissional da UFPB e ter assumido a coordenação do grupo de pesquisa Gestar e do Laboratório, juntamente com um colega e amigo, o Prof. Dr. Josias Galvão. Digamos que eu fui construindo esse movimento de saída da coordenação do Gestar e me reposicionando no próprio grupo de pesquisa e na universidade, embora, conscientemente, não tivesse tanta clareza disso. O que tinha era uma compreensão de que, em certas circunstâncias, poderia mais atrapalhar do que ajudar. Me refiro àquelas figuras "cristalizadas" que vão ficando e ficando... cuja autoridade se impõe na relação próxima e dificulta enfrentamentos necessários à construção e renovação do saber. Nesse sentido, pensei que, mesmo não tendo esse tipo de prática, facilitar aos jovens o acesso a certas posições os ajudaria a amadurecer cedo na pesquisa. Isso possibilitaria, além do amadurecimento, uma formação mais sólida, pois certos desafios começariam mais cedo na carreira. Feito esse acordo, fiquei na retaguarda. Estou presente quando sou chamada, compartilho das tarefas possíveis e de forma solidária. Entendo que é melhor que se renove o pensamento e, para isso, às vezes, é importante que se movimentem os postos e que os corpos circulem.

Além disso, lá no começo da entrevista, eu te falei, Ana, que inicialmente eu pensei em fazer a formação em Psicologia. Embora a psicologia naquela época fosse muito mais ligada à educação, não era tanto a questão do analista e tal que me atraía, mas eu acabei me encontrando com a produção de Freud, através da própria análise, e fui ficando curiosa. Em 2019, antes mesmo de me aposentar, iniciei uma especialização intitulada Fundamentos Teóricos da Psicanálise e, depois que concluí essa formação, fui fazer um aprofundamento em prática clínica. Por último, estou entrando para o segundo ano de uma residência clínica/estágio na mesma instituição. Estou no quinto ano de uma formação que nunca finaliza. (risos)

A partir de Freud e dos pós-freudianos, enxerguei muita conexão com os temas com que trabalho. É possível discutir, por exemplo, o trauma numa perspectiva cultural, étnico-racial, indígena. É possível estudar, dialogando com essa área, as violações de direitos humanos, o impacto social de grandes obras nas comunidades camponesas, etc. E sobretudo é possível fazer a escuta clínica sem desconsiderar o contexto e os vínculos sociais do analisando, além de processos identitários, condição étnica, de classe e gênero que atravessam a clínica. É claro que a análise visa a uma comunicação mais afinada e centrada no indivíduo, mas é também no social que o sujeito se constitui. Nada disso são temas consensuais na psicanálise, mas quando se recorre aos escritos sobre a cultura de Freud, pai da psicanálise, vê-se que há espaço para se trabalhar com a cultura (música, literatura e artes em geral), assim como com os sintomas que derivam do uso exacerbado das tecnologias. Desde Winnicott, Ferenczi e, sobretudo hoje com Radmila Zigourys e Christian Dunker, se fala na importância do ambiente na constituição do sujeito. Será que a geografia pode colaborar e até alargar esse debate quando se discute a humanidade e seus destinos?

Quando Freud escreve a carta em resposta a Einstein sobre a guerra, que antes mencionei, ele se situa como um profissional e percebe que os sofrimentos que chegam

na clínica não são da ordem somente do indivíduo, existem sofrimentos que derivam do social, da cultura política. É por isso que ele estuda fenômenos de massa e escreve o texto “Psicologia das massas e a análise do eu”. Escreve também o livro que foi publicado no Brasil, inicialmente com o título *Mal-estar na civilização*, e reeditado com o título *O mal-estar na cultura*. Cultura e civilização são conceitos diferenciados para os alemães. Resumidamente, para eles, cultura tem uma potência capaz de traduzir processos recorrentes e, ao mesmo tempo, singulares em diferentes lugares. O de civilização, em certa medida, impõe uma visão de mundo. É por aí que se desenha o projeto da espécie humana, é na sua capacidade de dominar, na vida comum, a pulsão de agressão e de autodestruição. Alguns psicanalistas contemporâneos de Freud e pós-freudianos se dedicaram a estudar os sofrimentos que tiveram origem no contexto de guerra. Foi, por exemplo, o caso de Sendor Ferenczi, um estudioso do trauma. O psiquiatra Franz Fanon também percebe e registra o sofrimento dos militares, sobretudo dos negros, mas também das etnias em geral, inseridas no contexto da guerra da Argélia.

Junto a tudo isso, existe uma paixão pela literatura que eu trago lá dos primórdios, desde o ensino médio. Gosto muito de escrever e ler na área da literatura. E Freud também tinha essa paixão, inclusive o único prêmio de grande magnitude que ele recebeu foi o prêmio Goethe, que é um prêmio de literatura. Ele não recebeu premiação por ser psicanalista, inclusive recebeu muitas vaias, muitos nãos, muitas objeções do trabalho dele até a consolidação do seu pensamento e, até hoje, a psicanálise é um campo de conhecimento polêmico.

Então foi mais ou menos esse movimento que me levou à psicanálise. Num artigo que escrevi sobre a temática étnico-racial, eu trago um pouco sobre a cultura e um pouco do pensamento de Freud acerca de um exercício que é feito na clínica, no sentido de o(a) analisando(a) acessar conteúdos recalcados. O princípio que orienta a escuta psicanalítica se ancora num exercício cuja premissa é: “recordar, repetir e elaborar”. Eu coloco isso como uma referência para nós, pesquisadores, adotarmos no contato com os sujeitos no campo e, principalmente, na escuta de suas demandas. Uma coisa que temos é uma vaga intolerância quanto à escuta, nós vamos ao campo, por vezes, com os formulários prontos, com as perguntas prontas, e não é raro ocorrer de as pessoas não estarem a fim de falar daquilo que temos curiosidades. É fato que não questionamos as nossas hipóteses. Como dizia Rubem Alves, ninguém fala que a sua hipótese não deu certo. Todos querem que a hipótese esteja adequada ao seu projeto. Eu, recorrentemente, cheguei a outras respostas, no campo, que nem passavam pela minha cabeça antes de chegar no campo. E essa é a base do meu argumento atual, em defesa dessa escuta, que é uma escuta que tem um viés psicanalista, uma escuta sensível que permite ultrapassar o positivismo. Os antropólogos têm essa escuta como princípio e eu gosto muito de ler nessa área. É claro que não precisa ser psicanalista para ter um ouvido sensível, isso é outra história. Eu só estou juntando os fragmentos da minha memória em prol de uma melhor compreensão do mundo, e isso inclui todas as áreas pelas quais transito e transitei. Nós somos fruto de uma construção e somos perpassados pela nossa experiência de vida.

Finalmente agradeço a você, Ana Carolina, e à diretoria da Anpege por esta oportunidade que me deixou, em muitos momentos, ligada à minha memória. Nesse exercício, transitei de volta ao interior do Ceará, a Farias Brito, terra da minha família e, por conseguinte, minha. Ao Crato, onde fiz toda a minha formação básica e superior até a profissionalização como geógrafa. Viajei por Fortaleza e pela minha militância nos idos da década de 1980, junto com companheiros e companheiras queridas do PT e, principalmente da Corrente do Trabalho e do Partido dos Trabalhadores, bem como amigos da Universidade Federal do Ceará, onde fiz a minha especialização, pessoas com as quais até hoje me relaciono de forma fraterna. Fui a Vitória da Conquista, onde iniciei minha atuação no ensino superior como professora de Prática de Ensino. Na UESB, tive momentos de grande aprendizagem na convivência direta num departamento em que conviviam geógrafos e historiadores. Aproximadamente 34 anos se passaram, mas ainda tenho amigos e amigas muito queridos por lá. Fui a São Paulo, onde transitei na USP por dez anos, tempo de conclusão do mestrado e doutorado, com um pequeno intervalo no meio. Ali também construí amizades com pessoas de lá e de outros lugares. Também foi lá que pude buscar o aprimoramento na condição de pesquisadora, buscando sempre a perspectiva interdisciplinar. Revivi os encontros no Labur, o acolhimento carinhoso e solidário do Dieter, revisitei a casa da Bahia na rua Heitor dos Prazeres, Vila Sônia. Fui a França, Paris, onde realizei o sonho de viver num país que foi pioneiro na defesa dos direitos humanos e que se encontra sob o jugo neoliberal, como os demais países do mundo; e no caso em pauta, tendo que prestar contas da sua herança colonial, que inclui o saque às riquezas de diversas nações. Estar pensando sobre tudo isso, aqui em João Pessoa, me traz uma espécie de paz comigo mesma, pois foi aqui, nesta terra, onde encontrei o Bosco e onde nasceram meus filhos, Isabella e Guilherme. João Pessoa (Parahyba) é a minha terra de adoção.

SOBRE AS AUTORAS

Entrevistada:

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA RODRIGUES – Pós-doutora pela Université Paris IV-Sorbonne, Cursou o doutorado (2001) e o Mestrado (1995) em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP); Especialização em Educação, Especialização: Nordeste: Questão Regional e Ambiental na (UFC). Licenciatura em Geografia na Universidade Regional do Cariri (1982), Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, agricultura camponesa com ênfase em Agroecologia, territorialidades étnicas, cultura sertaneja e movimentos sociais no campo. É membro da Comissão Científica dos seguintes periódicos: Revista Mercator (UFC), Revista Agrária (USP) Revista Raega (UFPR), Revista Geonordeste (UFS), e Revista MSEU (UFPE) e CaderNau.

Entrevistadora:

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES – Doutora em Geografia (UFG). Docente no Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/Campus Cora Coralina). Secretária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). Coordenadora do Núcleo PIBID Geografia/UFPB. Ex diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB - Seção Goiânia). Pesquisadora do grupo “Espaço, Sujeito e Existência” (CNPq/UFG). Colunista do blog Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador (FIOCRUZ/RJ). Áreas de interesse: cartografias existenciais; cartografia escolar; militarização da educação; Geografia da Educação; educação geográfica.

E-mail: anacarolina@ccen.ufpb.br

.